

# COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5.192, DE 2020

Autoriza o atendimento da mulher vítima de violência a ser atendida diretamente pela defensoria pública ou pelo ministério público, nos municípios em que não houver Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher ou Núcleo Investigativos de Feminicídio ou equipe especializada para o atendimento e a investigação

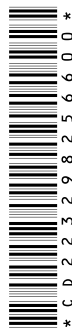
**Autora:** Deputada Elcione Barbalho

**Relatora:** Deputada Flávia Moraes

## COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO PL 5192/20

Na reunião do dia 18 de maio, após a leitura do Parecer ao PL 5192/2020, o Deputado Delegado Antônio Furtado fez uma sugestão, seguida de uma frutífera discussão entre membros presentes e a Relatora. Ao fim, se chegou à formulação de um dispositivo a ser incorporado ao Substitutivo apresentado, com o seguinte teor:

§ 2º Nos municípios em que houver Delegacias de Polícia mas não houver uma equipe especializada de atendimento à mulher, será dado prazo de 3 meses para sua criação, prorrogáveis por mais 3 meses; caso não haja a criação, o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar será realizado diretamente pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público.



Em vista do exposto, votamos pela aprovação do PL 5.192, de 2020, na forma do Substitutivo que se segue.

Sala da Comissão, em      de maio de 2021.

Deputada **FLÁVIA MORAIS**

Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223298256600>



## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.192, DE 2020

Autoriza o atendimento da mulher em situação de violência doméstica e familiar diretamente pela defensoria pública ou pelo ministério público, nos municípios em que não houver Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher ou Núcleo Investigativos de Femicídio ou equipe especializada para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher.

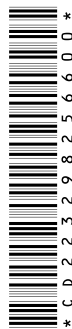
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para permitir o registro virtual do boletim de ocorrência e para permitir que a mulher em situação de violência doméstica e familiar possa ser atendida diretamente pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público, nos municípios em que não houver Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher ou Núcleo Investigativo de Femicídio ou equipe especializada para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher.

Art. 2º O art. 12-A da Lei nº 11.340, de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art.12-A.....

§ 1º Nos municípios em que não houver Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) ou Núcleo Investigativo de Femicídio ou equipe especializada para o atendimento e investigação das violências graves contra a



mulher, o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar poderá ser realizado diretamente pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público.

**§ 2º Nos municípios em que houver Delegacias de Polícia mas não houver uma equipe especializada de atendimento à mulher, será dado prazo de 3 meses para sua criação, prorrogáveis por mais 3 meses; caso não haja a criação, o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar será realizado diretamente pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público.**

§ 3º Na hipótese dos §§ 1º e 2º, será conferido ao promotor de justiça ou ao defensor público que promover o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar todos os poderes e prerrogativas conferidos por esta Lei à autoridade policial competente.

§ 4º A Polícia Civil dos Estados e do Distrito Federal deverá priorizar a criação de plataforma que permita o registro do boletim de ocorrência de forma virtual por meio da Rede Mundial de Computadores – Internet. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em      de maio de 2021.

Deputada **FLÁVIA MORAIS**

Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223298256600>

